

**FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ N° 07.820.907/0001-46
NIRE N° 35300611861**



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

SUMÁRIO

FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.....	3
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
ANEXO I COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ÍTEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	9
ANEXO II INFORMAÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	32
ANEXO III INFORMAÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ÍTEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	37

FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 07.820.907/0001-46

NIRE Nº 35300611861

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Fica Empreendimentos Imobiliários S/A (“Companhia” ou “Fica”) referente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia (“Assembleia” ou “AGO”), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00h, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”), por meio da plataforma digital Microsoft Teams (Videoconferência) (“Plataforma Digital”), nos termos do Edital de Convocação publicado nesta data.

Destacamos que o presente documento poderá ser atualizado caso haja qualquer complementação ou modificação nas informações aqui contidas. As atualizações serão sempre devidamente divulgadas por meio de Comunicado ao Mercado a ser disponibilizado no site da CVM via sistema Empresas.Net.

A Ordem do Dia da Assembleia Geral será a seguinte:

I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

A Administração da Companhia propõe aos seus acionistas que, após a devida análise, aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme divulgados em 1º de abril de 2024 nos *websites* da CVM e da B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão (“B3”), através do sistema Empresas.Net, e publicados, também em 03 de abril de 2024, no jornal Diário Comercial (“Demonstrações Financeiras”).

Nos termos do inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2024.

As Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas pela Mazars Auditores Independentes, auditoria independente registrada na CVM, que emitiu relatório sem ressalvas.

O relatório da administração da Companhia a respeito dos negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 2023 está disponível no Sistema Empresas.NET da CVM, categoria “Dados Econômico-Financeiros”, juntamente com as Demonstrações Financeiras e parecer dos auditores independentes.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência conforme a RCVM 81, encontram-se disponíveis na forma do Anexo I à presente proposta.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não estão sendo apresentadas as informações referentes à destinação do resultado do exercício, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 setembro de 2011, no âmbito do Processo CVM nº RJ2010-14687.

Sendo assim, a Administração propõe aos acionistas que o resultado negativo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seja destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia, não havendo, conseqüentemente, distribuição de dividendos aos acionistas.

2. Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração

Considerando que o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, a Administração propõe a definição do número de membros do Conselho de Administração em 4 (quatro) membros efetivos.

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em votação em separado, nos termos do art. 141, § 4º, da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

3. Deliberar sobre a eleição e/ou recondução dos membros que comporão o Conselho de Administração, com mandato até a AGO que examinar e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2024.

Para as 4 (quatro) vagas propostas, a Administração propõe a reeleição dos seguintes membros atuais do Conselho de Administração para composição da chapa única, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, conforme a seguir identificados:

- A. Alexandre Pereira Coelho;
- B. Roberto de Souza;
- C. Rogério Furtado Moreira; e
- D. Walter Longo.

As informações relativas aos candidatos indicados encontram-se detalhadas no Anexo II à presente proposta, nos termos do art. 11 da RCVM 81. A Administração entende que o perfil dos candidatos atende aos requisitos previstos no Estatuto Social e políticas internas da Companhia.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração poderá ser realizada por votação majoritária ou mediante processo de voto múltiplo e, ainda, nos termos da referida lei, os acionistas não controladores poderão eleger membros para o Conselho de Administração por meio do mecanismo de eleição em separado, conforme previstos no artigo 141, §4º da Lei das S.A. Dessa forma, os processos de votação possíveis são detalhados a seguir.

- ***Votação majoritária***

Como regra, a eleição do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular e, para que seja considerado eleito, é preciso a maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, na forma do artigo 129 da Lei das S.A.

- . A eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ser votada individualmente, considerando-se cada um dos candidatos isoladamente, ou por chapas de candidatos. Na AGO, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada por chapa, conforme indicado acima.

Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., o acionista ou o conjunto de acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, pode requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantas sejam as vagas a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

A requisição do voto múltiplo deve ser feita por notificação escrita, entregue à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, conforme previsto na Lei das S.A. Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representando o percentual de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

Ressalta-se que, caso haja o pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a principal variável do procedimento consiste na presença dos acionistas na AGO. Assim, embora a Administração proponha a eleição de 4 (quatro) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, dependendo da presença dos acionistas e do número de candidatos indicados, a Assembleia poderá fixar número maior de conselheiros de administração efetivos.

- ***Votação em Separado***

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em separado, conforme previsto no artigo 141, §4º da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

4. Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada, nos termos do art. 13 da CVM 81, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no montante de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a qual vigorará desde a data da AGO até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Esse valor é idêntico ao montante aprovado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 2021, de 2022 e de 2023.

Cumprido destacar que não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Administradores e que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para o salário

base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende dos resultados da Companhia, do desempenho de cada um dos membros da Diretoria e do cumprimento das metas definidas para as suas respectivas equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Informamos, ainda, que, a remuneração global aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do ano de 2023 (R\$ 5.000.000,00) foi superior aos valores efetivamente despendidos pela Companhia, conforme identificados no quadro abaixo:

Remuneração Global Efetiva (AGO 2023 até AGO 2024)	
Remuneração Fixa	
Pró-labore	R\$ 384.000,00
Benefícios	R\$ 0,00
INSS pago pela Companhia	R\$ 76.800,00
Remuneração Variável	
Bônus	R\$ 0,00
INSS pago pela Companhia	R\$ 0,00
Remuneração Baseada em Ações	
Despesas com o Plano de Opção de Compra de Ações	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 460.800,00

Cumprе salientar que o valor da remuneração global aprovada em Assembleia representa um limite que não poderá ser ultrapassado e não uma estimativa. Nesse sentido, a principal variação entre o aprovado e o efetivamente utilizado é referente à remuneração variável, cujo pagamento depende essencialmente do resultado da Companhia no exercício anterior.

Cabe, ainda, destacar que, por não representar uma estimativa do gasto com a remuneração da Administração, mas sim um limite, tal valor difere da estimativa de gastos apresentada no item 8 do Formulário de Referência, além de se referirem a períodos distintos – interregno entre a AGO e a Assembleia Geral Ordinária do ano seguinte (valores da Proposta da Administração) e um exercício social (Formulário de Referência).

Por fim, lembramos que, de acordo com o artigo 16, alínea “I” do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração global individualmente entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 81/2022, as informações necessárias para a análise da proposta da remuneração dos administradores (informações constantes do item 8 do Formulário de Referência) encontram-se detalhadas no Anexo III à presente proposta.

São Paulo/SP, 28 de março de 2024.

FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Administração

ANEXO I

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

2. Comentários dos Diretores:2.1. Condições financeiras e patrimoniais.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia possui plena capacidade de honrar todas as suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazo conforme evidenciado no quadro de índices de liquidez abaixo.

ÍNDICE / ANO	2023	2022	2021	2020
Liquidez Geral	6,70	6,69	7,16	8,74
Liquidez Corrente	2,18	1,69	7,14	2,89
Liquidez Seca	1,79	1,2	1,74	2,71

A dívida corporativa da Companhia foi zerada em 2015 e tem assim permanecido ao longo dos anos, após a decisão da administração da Companhia de suspender novos lançamentos imobiliários, focando seus esforços na monetização de seus ativos. Nossa perspectiva é que em 2024, com a previsão de novos lançamentos, a Companhia passe a ter um nível seguro de alavancagem, com o objetivo de financiar seus novos projetos, priorizando modelagens em que a própria SPE responsável pelo projeto obtenha os recursos necessários.

Em relação as suas dívidas, a Companhia apresenta um grau de endividamento perante terceiros bastante saudável. A liquidez geral, que indica se os ativos da Companhia são suficientes para suportar os passivos frente a terceiros, indica que nossos ativos suportam quase 6 (seis) vezes nossas obrigações com terceiros.

Nossa Liquidez Corrente indica que a Companhia tem plena capacidade de arcar com seus passivos de curto prazo, considerando que o valor seus ativos de curto prazo são 2 (duas) vezes maior do que suas obrigações perante terceiros.

Por fim, nossa Liquidez Seca que indica a capacidade da Companhia arcar com seus passivos de curto prazo, excluindo-se os estoques do ativo circulante, ou seja, considera a capacidade de pagamento utilizando-se somente os ativos mais líquidos da Companhia, está em 1,79 ainda em situação que nos permite cumprir com nossas obrigações.

Atualmente, o passivo da Companhia representa o equivalente a 11% do capital atribuído aos sócios. Conforme citado anteriormente, a Companhia não possui dívida corporativa, motivo pelo qual não estamos apresentando os quadros de endividamento.

Ao final do exercício de 2023, o patrimônio líquido consolidado da Companhia totalizava R\$ 94 milhões, correspondendo a uma redução de 14% (sete por cento) quando comparado aos R\$ 109 milhões do exercício de 2022. Essa redução durante o período analisado, ocorreu principalmente por gastos pré-operacionais para captação e desenvolvimento de projetos analisados pela Companhia durante esse período e pela reestruturação da estrutura organizacional da Companhia em função da retomada das operações após a reorganização societária.

Em 31 de dezembro de 2023, o Ativo consolidado apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 2,8 milhões sem nenhum valor caucionado, com um caixa líquido positivo em R\$ 2,8 milhões (dívida líquida negativa).

No final do ano de 2022, o Ativo consolidado apresentava R\$ 8,2 milhões de Caixa, com queda de 42% em relação a posição do final do exercício de 2021, impactada principalmente pela reestruturação da estrutura organizacional decorrente da volta a operação da Companhia.

O estoque de unidades a valor contábil é de R\$ 1,1 milhões, majoritariamente composto por unidades do empreendimento Link, na Barra da Tijuca.

No terceiro trimestre de 2023, intensificamos nossos esforços para dar liquidez a essas unidades, com redução do valor de tabela, aumentando a velocidade as vendas, gerando caixa para a Companhia e reduzindo despesas dos ativos em estoque. Assim, conseguimos diminuir lentamente o custo de capital da Companhia.

Ressaltamos que continuamos empenhando esforços para a monetização dos ativos com a liquidação dos estoques disponíveis, majoritariamente concentrados no empreendimento Link Office & Mall, onde recebemos um total de 40 unidades, em dação de pagamento, após a extinção do condomínio das unidades sobre as quais possuíamos uma permuta de 40%.

A Companhia também estuda novas estratégias para seu *land bank* e a celebração de novos acordos que venham a trazer benefícios econômicos, aliados à redução da carteira de processos judiciais e encerramento de SPE's cujos propósitos já tenham sido cumpridos.

Entendemos que o fluxo de caixa será gerado de forma positiva e suficiente para a consecução das atividades da Companhia, em consonância com os novos objetivos traçados pela Diretoria e Conselho de Administração.

b. comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Entendemos que a nossa atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis confortáveis, apesar de não necessariamente eficientes. Hoje, a Companhia não possui nenhuma dívida com terceiros.

A tabela abaixo apresenta a evolução de nossa estrutura de capital nos períodos indicados:

	2023	2022	2021	2020
Debêntures	-	-	-	-
Empréstimos de Capital de Giro	-	-	-	-
Empréstimos SFH	-	-	-	-
Caixa	2.826	8.288	14.260	17.484
Dívida Líquida (ex-SFH)	-	-	-	-
Dívida Líquida (incluindo SFH)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	80.076	92.735	100.242	107.224
Dívida Líquida (ex-SFH) / PL	-	-	-	-
Dívida Líquida (incluindo SFH) / PL	-	-	-	-

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente previstas.

c. comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social de 2023, fechamos com caixa líquido total de R\$ 2,8 milhões, em um nível confortável, com um Patrimônio Consolidado no total de R\$ 80 milhões.

No exercício social de 2022, fechamos com caixa líquido total de R\$ 8,3 milhões, em um nível confortável, com um Patrimônio Consolidado no total de R\$ 92,9 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia

Buscamos constantemente adequar a nossa estrutura de capital a um nível de endividamento compatível com nosso patrimônio. Na modalidade de empréstimos SFH, voltados para o financiamento da construção, a dívida se mantém zerada desde 2015, como também as linhas de Debêntures, desde 2016.

Nos exercícios de 2022 e 2021, como informado anteriormente, a Companhia passou por um processo de reestruturação organizacional, com dispêndio de valores próprios para captação e desenvolvimento de novos projetos, bem como para investimento em ativos imobilizados e softwares de gestão.

Em 2020, a Companhia concluiu o pagamento de uma restituição de capital a seus acionistas de R\$ 35 milhões, após a antecipação dos recebíveis relativos à venda do terreno do Parque das Águas, no fim do ano de 2019.

Com a retomada dos projetos em 2023, devemos contratar linhas de financiamentos a produção e linhas corporativas para sustentar o nosso crescimento.

Salientamos que não há comparabilidade entre os objetivos estratégicos da atual gestão, com a nova composição acionária e um planejamento para voltar a realizar lançamentos no mercado, e a antiga estrutura societária e organizacional, cujo foco estava voltado para a monetização dos ativos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pode utilizar-se de financiamentos disponíveis junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e outras linhas de empréstimo com instituições financeiras, fundos ou outros agentes financeiros para captação de recursos para investimento em ativos não-circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não se aplica. A Dívida Corporativa da Companhia se encontra zerada desde o fim de 2015.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica. A Companhia não possui qualquer tipo de financiamento contratado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	2.583	4.081
Custo de incorporação e venda de imóveis	(1.939)	(3.540)
LUCRO BRUTO	644	541
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Resultado de equivalência patrimonial	(173)	-
Despesas gerais e administrativas	(4.821)	(5.309)
Outras despesas administrativas	(2.583)	(4.131)
Despesas tributárias	49	(156)
Despesas com vendas	(725)	(239)
Depreciação e amortização	(267)	(55)
Ganhos na alienação de investimentos	3	-
Provisões operacionais	(2.266)	(103)
Perdas por desvalorização de ativos (impairment)	(4.200)	(6)
Outras receitas/(despesas) operacionais	881	278
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	(13.458)	(9.180)
Receita financeira	1.063	1.909
Despesa financeira	(416)	(34)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	647	1.875
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(12.811)	(7.305)
Corrente	(44)	(220)
Diferido	10	(26)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(12.845)	(7.551)
PREJUÍZO NO PERÍODO ATRIBUÍVEL A		
Acionistas controladores	(12.659)	(7.507)
Acionistas não controladores	(186)	(44)
	(12.845)	(7.551)
Prejuízo básico por ação (em reais)		
Prejuízo diluído por ação (em reais)		

Receita líquida de vendas

A Receita Líquida atingiu R\$ 0,9 MM no 4T23 e R\$ 2,5 MM em 2023, sofrendo pouca variação em relação a 2022, conforme esperado.

Lucro Bruto

Ao final de 2023, a Companhia apresentou um Lucro Bruto de R\$ 644 mil, contra R\$ 541 mil de lucro no exercício de 2022.

Despesas Gerais e Administrativas

Nossas Despesas Gerais e Administrativas no 4º trimestre de 2023 totalizaram R\$ 5,6 milhões contra R\$ 7,8 milhões (ex-provisão para gratificação) no mesmo período de 2022, apresentando uma redução de 28% em relação ao período comparado. Essa redução era esperada pois durante o ano de 2022 tivemos um importante dispêndio de caixa para a reestruturação da Companhia.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 725 mil, decorrente de vendas de unidades comerciais dos empreendimentos Link Office & Mall e Jardim Paradiso.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

No exercício de 2023, houve um resultado positivo entra as receitas e despesas operacionais no valor de R\$ 881 mil, com aumento de 217% em relação ao exercício de 2022, quando o valor foi de R\$ 278 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do trimestre foi positivo em R\$ 0,1 milhões, contra R\$ 0,1 milhões no mesmo período do ano anterior. No exercício de 2023, o resultado financeiro foi de R\$ 647 mil, contra R\$ 1,9 milhões no exercício de 2022.

Lucro líquido

O prejuízo líquido no exercício de 2023 foi de R\$ 12,8 milhões, frente a R\$ R\$ 7,5 milhões no período findo em 2022, um aumento na proporção de 70%.

Ativo Consolidado

ATIVO	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.826	8.288
Cientes por incorporação e venda de imóveis	1.200	1.073
Contas a receber de terceiros	4	87
Mútuos a receber – partes relacionadas	194	-
Valores a receber – partes relacionadas	-	-
Redução de capital a receber – partes relacionadas	-	-
Imóveis a comercializar	1.100	4.966
Adiantamentos	-	7
Impostos e contribuições a compensar	327	360
Outros ativos	432	586
	6.085	15.367
NÃO CIRCULANTE		
Cientes por incorporação e venda de imóveis	2.168	5.445
Dividendos a receber	-	-
Imóveis a comercializar	80.500	80.955
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-
Depósitos Judiciais	4.335	6.313
Outros ativos	-	1
	87.003	92.714
Investimentos em controladas e coligadas	-	-
Imobilizado	727	836
Intangível	129	149
	856	985
TOTAL DO ATIVO	93.944	109.066

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As nossas disponibilidades e aplicações financeiras tiveram uma redução de 192% em relação ao exercício de 2022, passando de R\$ 8,2 milhões para R\$ 2,8 milhões no encerramento do exercício de 2023.

Cientes por Incorporação e Venda de Imóveis

No exercício de 2023, o saldo de clientes por incorporação e venda de imóveis, R\$ 3,3 milhões, sofreu uma redução de 96% em relação ao saldo de R\$ 6,5 milhões no exercício de 2022, em função de venda de unidades concluídas dos empreendimentos Link, após o desfazimento do condomínio, e do Jardim Paradiso.

Contas a receber de Terceiros

O saldo de contas a receber de terceiros caiu de R\$ 87 mil em 2023 para R\$ 4 mil em 2022, em uma redução de 117%, principalmente, devido ao recebimento de repasses de financiamento a instituições bancárias e ao recebimento de uma Confissão de dívida de um antigo parceiro em dois projetos da Companhia.

Apesar da redução dessa rubrica ser grande percentualmente, os valores não são relevantes no balanço patrimonial da Companhia.

Imóveis a comercializar

O saldo de imóveis a comercializar sofreu uma redução de 3% em comparação ao saldo do fim do exercício de 2023, passando de R\$ 81,6 milhões em 2023 para R\$ 85,9 milhões em 2022.

Passivo Consolidado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Cessão de créditos imobiliários	626	8
Provisões tributárias	162	713
Impostos com recolhimentos diferidos	268	51
Contas a pagar - terceiros	1.307	1.547
Valores a pagar – partes relacionadas	24	-
Redução de capital	-	28
Passivos de Arrendamento	168	-
Obrigação por aquisição de imóveis	4	-
Outros passivos	231	-
	<u>2.790</u>	<u>2.347</u>
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos a pagar	-	-
Passivos contingentes	7.088	8.915
Impostos com recolhimentos diferidos	-	254
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.016	1.016
Contas a pagar - terceiros	2.800	3.631
Passivos de Arrendamento	190	-
Outros passivos	-	-
	<u>11.094</u>	<u>13.816</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	122.649	122.649
Outros resultados abrangentes	27	27
Prejuízos acumulados	(42.600)	(29.941)
Patrimônio líquido atribuído à controladora	<u>80.076</u>	<u>92.735</u>
	<u>(16)</u>	<u>168</u>
	<u>80.060</u>	<u>92.903</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>93.944</u>	<u>109.066</u>

Contas a pagar - terceiros

Ao final do exercício de 2023, o saldo de Contas a pagar a terceiros totalizava R\$ 4,1 milhões, com uma redução de 24% em relação ao saldo do exercício de 2022, R\$ 5,1 milhões. Essa redução se deu pelos pagamentos realizados das negociações de compra de cotas das empresas CR2 Empreendimentos SPE - 34 Ltda. e CR2 Empreendimentos SPE - 35 Ltda., proprietárias dos terrenos denominados Daltro Santos 1 e 2.

Adiantamentos para futuro aumento de capital

O valor se manteve no mesmo patamar oriundo da dívida junto aos antigos sócios da CR2 Empreendimentos SPE - 34 Ltda. e CR2 Empreendimentos SPE - 35 Ltda, carregadas após a compra das cotas dessas empresas, e aportes no decorrer do ano de 2022, para despesas operacionais no desenvolvimento de projetos.

Patrimônio Líquido Consolidado

Ao fim do exercício de 2023, o patrimônio líquido sofreu uma redução de 16% em relação a 2022, passando de R\$ 92,9 milhões em 2022 para R\$ 80 milhões em 2023.

Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(12.845)	(7.305)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (inclusive stands)	267	55
Provisão / reversão para perda esperada para risco de crédito	(1.265)	(146)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Impostos diferidos	10	26
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(343)	-
Perdas por desvalorização de ativos (impairment)	(4.200)	6
Provisões operacionais	-	103
Provisões para contingências	(1.827)	-
Ajuste a valor presente	(17)	-
(Ganhos)/ perdas na alienação de investimentos	(598)	-
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4.415	102
Contas a receber de terceiros	83	424
Imóveis a comercializar	8.521	2.095
Adiantamentos	7	(1)
Depósitos Judiciais	1.978	-
Impostos e contribuições a compensar	31	469
Outros ativos	155	(709)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar – terceiros		
Contas a pagar – terceiros	(1.071)	64
Provisões tributárias	(551)	96
Adiantamentos de clientes	-	(2)
Outros	234	(612)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44)	(242)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(7.060)	(5.577)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos de controladas	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (Aquisição) / baixa de investimentos em controladas e coligadas	-	-
(Aquisição) / baixa de imobilizado e Intangível	(138)	(157)
Stand de Vendas	-	(677)
Dividendos a receber	-	-
Redução de capital	(28)	-
Mútuos a Receber de Partes Relacionadas	(194)	-
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades de investimento	(238)	(834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos	348	-
Cessão de créditos imobiliários	618	-
Novos arrendamentos	511	-
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamentos	(141)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	439
Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas	24	-
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de financiamento	1.360	439
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.462)	(5.972)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.288	14.260
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.826	8.288
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.462)	(5.972)

Atividades Operacionais

O caixa líquido proveniente das operações no exercício de 2023 totalizou R\$ (7.060) mil, em comparação a R\$ (5.577) mil em 2022. O resultado negativo apresentado ao final do exercício de 2023 foi reduzido em 1,5mil, decorrente da reestruturação operacional da Companhia iniciada desde 2021, após a alteração da composição acionária e eleição do novo corpo Administrativo da Companhia.

Atividades de Investimento

O Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ (238) mil no exercício de 2023, frente a um geração negativa de R\$ (834) mil no período findo em 2022.

Atividades de Financiamento

No exercício de 2023, os maior impacto na geração de caixa registrada foi a negociação de créditos imobiliários.

Liquidez e Recursos de Capital

Conforme divulgado nos últimos anos pela Companhia, desde 2015 a administração anterior adotou a estratégia de não efetuar mais lançamentos em face da grave crise econômica que o país atravessava, focando em monetizar seus ativos, após ter finalizado todas as obras de seus empreendimentos.

A partir de 2021, com uma nova administração, a Companhia voltou a se estruturar, o plano foi revisto e a houve uma mudança na sua estratégia, mudando o foco na operação e na rentabilidade.

Capacidade de Pagamento

Administramos diligentemente a relação entre nossos ativos e passivos, e estamos em dia quanto aos prazos e taxas. Adicionalmente, estamos com um caixa acima de R\$ 2,8 milhões, em linha com o nosso planejamento, além de nossa dívida corporativa estar zerada desde 2016 e índices de liquidez indicando solidez.

Fontes e Uso de Recursos

A antiga administração da Companhia tinha como foco a monetização dos ativos, não tendo assim, nenhuma informação relevante a divulgar acerca das fontes e usos de recursos, uma vez que desde 2015 paralisou seus lançamentos.

Com a nova administração e um novo planejamento estratégico, a Companhia buscará recursos no mercado através de instrumentos financeiros, por projeto ou corporativo.

2.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, nossas receitas decorreram principalmente das atividades de incorporação imobiliária e compra e venda de imóveis e terrenos, o que inclui investimentos em empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais, principalmente por meio de SPE's, cujos resultados reconheceremos na proporção de nossas respectivas participações. Nosso resultado operacional proveniente das atividades de incorporação imobiliária e venda de imóveis é diretamente afetado pela performance dos projetos nos quais investimos.

Na atividade de incorporação imobiliária, a venda de nossas unidades pode ser realizada antes ou após a conclusão de sua construção. Quando uma venda ocorre após a conclusão da construção de um empreendimento, reconhecemos a receita quando o contrato de compromisso de compra e venda é assinado. Por outro lado, quando ocorre antes da conclusão da construção de um empreendimento, reconheceremos a receita ao longo do tempo necessário para a conclusão da construção, usando o critério de custos incorridos em relação ao custo total orçado (POC).

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

O cenário macroeconômico brasileiro tem se mostrado extremamente desafiador nos últimos anos. Apesar da reversão do cenário recessivo de anos anteriores, o baixo crescimento da economia, nos últimos anos, afeta diretamente o setor imobiliário, justificando a estratégia adotada até 2020 da Administração de não lançar novos empreendimentos e se concentrar na monetização dos seus ativos.

Esta decisão impacta diretamente o nosso resultado apresentando prejuízo contábil ano a ano, sem gerar impactos negativos no caixa.

Com as recentes alterações ocorridas no quadro societário e na administração da Companhia, a expectativa, com o novo planejamento estratégico aprovado, é melhorar a rentabilidade e a geração de valor com o desenvolvimento de novos projetos, uma vez que com o arrefecimento da pandemia da COVID-19 no decorrer do ano de 2021, [houve uma melhora no segmento de imobiliário], impactado

positivamente também pelo anúncio do retorno dos investimentos no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pelo governo federal, principalmente nos projetos voltados à população de renda mais baixa.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossas receitas ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, foram impactadas pela variação do IGP-M, que é o principal indexador da carteira de recebíveis de unidades entregues, acrescido de 12% (doze por cento) de juros a.a. Durante esses exercícios, todas as unidades já estavam concluídas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Somos expostos aos seguintes índices: (i) INCC-DI, pelo fato de nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice durante a fase de construção, (ii) IGP-M, por nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice no pós-chaves, e (iii) CDI, pois parcela substancial das aplicações financeiras da Companhia está atrelada ao CDI.

Como a Companhia não possui dívidas ou valores a receber atrelados à moeda estrangeira, as taxas de câmbio não influenciaram diretamente nossos resultados ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, sendo desnecessárias maiores precauções relativas a esse assunto. Em relação aos preços dos insumos e produtos, como a companhia não possui empreendimentos em construção no momento, não há maiores impactos nos seus resultados.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No processo de preparação das suas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, as novas alterações relativas às International Financial Reporting Standards (“IFRS”) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2022. Essas alterações, não causaram nenhum impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados em nossas demonstrações financeiras.

As normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, foram as seguintes:

- Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16/CPC 27 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37/CPC 25 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 - Alterações à IFRS 1/CPC 27 (R1), CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e IAS 41/CPC 29 - Agricultura;

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabíveis, quando entrarem em vigor. A Administração da Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros;
- IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações a IAS 1/CPC 26 (R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8/CPC 23 - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

Não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais de 2020, 2021, 2022 e 2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor Ressalvas:

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor nos exercícios sociais de 2020, 2021, 2022 e 2023..

Ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023, apontou ênfase sobre a política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento

de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, porém, não há ressalvas ou outros comentários, uma vez que essa prática segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº. 02/2018.

Os principais assuntos abordados pela auditoria foram:

- Redução ao valor recuperável dos estoques – o assunto recebeu destaque, pois envolve julgamentos subjetivos da Administração no uso de premissas e estimativas como o valor líquido de realização médio de imóveis similares aos da Companhia, uma vez que os testes anuais de redução ao valor recuperável dos imóveis e terrenos são efetuados considerando os valores líquidos de realização mediante estudos realizados internamente e em laudos realizados por peritos independentes.

As premissas e estimativas realizadas internamente, apoiadas pelos laudos elaborados por peritos independentes, foram consideradas satisfatórias pela auditoria, motivo pelo qual a Companhia acredita que as informações referentes a esse assunto reflitam da melhor forma a realidade.

- Provisão de perdas esperadas – o assunto foi considerado um ponto de atenção na auditoria pois envolve julgamentos subjetivos, que podem gerar impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos e as evidências obtidas pela auditoria consideraram aceitáveis as premissas e metodologia utilizadas pela Administração na constituição da provisão para perdas esperadas e respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

O parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 contém parágrafo de ênfase relacionado ao fato de as demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária considerarem adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. Na opinião da administração, o procedimento adotado pela Companhia quanto à utilização dessas normas está alinhado com as práticas do nosso segmento de mercado e demonstram de forma fidedigna as operações envolvidas em seus processos de negócio.

Principais assuntos de auditoria:

- *Redução ao valor recuperável dos estoques* – A auditoria se concentrou nessa área porque a aplicação da referida prática contábil demanda julgamento e uso, pela Administração, de premissas e estimativas subjetivas, suportada pelo estudo de mercado realizados por terceiro e pelo pessoal técnico interno sobre o preço de imóveis similares na localidade. Quaisquer mudanças nas premissas e estimativas em relação aos resultados efetivos podem afetar a valorização ou desvalorização desses ativos.
- *Provisões e passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscal* - A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação do risco desses processos e, conseqüentemente, da sua mensuração, esses podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, a auditoria considerou um assunto significativo nas demonstrações financeiras para o exercício de 2020.

2.4. Comentários dos Diretores da Companhia acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia tem a flexibilidade para atuar em todos os segmentos de renda do mercado imobiliário residencial e comercial nacional. Neste sentido, possuímos uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

Durante o ano de 2021, a Companhia passou por um processo amplo de reestruturação e redefiniu seu novo planejamento estratégico. O retorno ao mercado será através da incorporação em projetos imobiliários com produtos econômicos compactos próximo a modais de transporte e imóveis espaçosos em áreas além dos centros de bairros, com foco no desenvolvimento de imóveis com versatilidade e personalização.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, houve aquisição ou alienação de participação societária e todas elas constam nas demonstrações financeiras dos respectivos períodos.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

2.5. Medições não contábeis¹

Não há medições não contábeis a serem apresentadas para este período.

2.6. Eventos subsequentes as DFs²

De acordo com o Fato Relevante publicado pela Companhia em 22 de março de 2023, o Sr. NEWMAN CARDOSO DO AMARAL BRITO, apresentou ao Conselho de Administração uma carta de renúncia aos cargos de Diretor Presidente, Diretor de Operações, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. A referida renúncia foi apreciada na Reunião de Conselho de Administração, oportunidade na qual o Diretor MATHEUS REZENDE GOMES DEOTTI assumiu interinamente os cargos do renunciante, até que o conselho se reúna novamente para eleger um novo diretor, em até 30 dias, na forma do Estatuto Social.

2.7. Destinação de Resultados³

[Nota: verificar item 3.4 do último FRE Arquivado na plataforma Empresas.NET]

	2023	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros		=	O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a. 5% será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do

¹ [Referência FRE antigo: Item 3.2]

² [Referência FRE antigo: Item 3.3]

³ [Referência FRE antigo: Item 3.4 - somente será necessário apresentar informações do último exercício social, e não mais dos três últimos exercícios]

			<p>montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>c. uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;</p> <p>d. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>e. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>f. a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia</p>
--	--	--	---

			<p>e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia; e g. o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.</p> <p>Considerando que a Companhia apurou prejuízo no Exercício Social encerrado em 31/12/2020, não haverá distribuição de dividendos.</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos		<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos		<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Dividendo Obrigatório Anual.</p> <p>A Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; (ii) declarar dividendos ou</p>

			juros sobre capital próprio intermediários, à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais		=	A Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia de capital aberto suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício fiscal no qual o Conselho de Administração reporte para a assembleia geral de acionistas que a distribuição seria desaconselhável diante de nossa situação financeira.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado		=	=

2.8. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de

futura compra e venda de produtos ou serviço; (iii) contratos de construção não terminada; (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

[Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.]

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados⁴

- (a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

- (b) Natureza e o propósito da operação;**

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

- (c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação;**

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

2.10. Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

- i) A Companhia, desde o IPO, lançou e entregou projetos onde a sua participação totalizou um valor geral de vendas de aproximadamente R\$ 1.137.000 mil, sendo 40% voltado para média renda e 60% para o setor econômico, e com 82% do VGV lançado no RJ e 18% em SP. Em 2021, após uma alteração relevante em seu quadro acionário e a eleição de novos membros para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, a Companhia volta a buscar o desenvolvimento de projetos

⁴ [Referência FRE antigo: Item 10.7]

que gerem valor para a Companhia, seus acionistas e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para esse novo ciclo de lançamentos, a Administração da Companhia buscará novos parceiros para desenvolvimento em conjunto de seus projetos e a captação, junto a instituições financeiras, de linhas de crédito para financiamento a produção ou capital de giro.

- ii) Para o desenvolvimento e entrega dos projetos, a Companhia utilizou recursos provenientes do IPO e captações já mencionadas de dívidas corporativas e linhas decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Desde o final do exercício de 2016, a Companhia não possui dívidas corporativas e/ou com terceiros, mantendo assim, uma estrutura de capital sem empréstimos e financiamentos externos.
- iii) Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há planejamento de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

[Nota: Companhia, a letra “d” não consta na versão atual do formulário, gentileza informar a respeito ou confirmar a redação de não aplicabilidade.]

2.11. Comentários dos Diretores da Companhia sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não temos conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção e deste formulário.

ANEXO II

INFORMAÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

7.3. Composição e experiências profissionais da administração⁵

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Candidato eletivo ocupado	Data prevista para eleição	Data prevista para posse	Prazo do Mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Indicado pelo controlador	Membro Independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Caso esteja exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos
Alexandre Pereira Coelho	22/08/1990	Administrador	121.735.367- 45	Membro do C.A.	30/04/2024	30/04/2024	AGO/2025	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	27/01/2021
Roberto de Souza	19/12/1949	Engenheiro	694.892.468- 41	Membro do C.A.	30/04/2024	30/04/2024	AGO/2025	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Membro Independente.	29/04/2022
Rogério Furtado Moreira	29/03/1964	Engenheiro	769.987.207- 00	Membro do C.A..	30/04/2024	30/04/2024	AGO/2025	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	27/01/2021
Walter Roberto de Oliveira Longo	12/02/1951	Administrador	121.735.367- 45	Membro do C.A.	30/04/2024	30/04/2024	AGO/2025	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Membro Independente.	29/04/2022

⁵ [Referência FRE antigo: Item 12.5]

(I). principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Alexandre Pereira Coelho

Alexandre Pereira Coelho é graduado em administração pela PUC-Rio. Executivo com ampla experiência no setor imobiliário, exerce, há mais de 10 anos, função de Head de novos negócios, atuando diretamente como conselheiro, consultor e/ou diretor para family office, nos setores de: hotelaria, imobiliário, marinas náuticas, tecnologia em mineração, locação de equipamentos e geração de energia.

Roberto de Souza

Roberto é Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da USP.

Antes de comandar o CTE, foi Diretor da Divisão de Edificações do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e presidente do Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT. Especialista em qualidade, tecnologia, gestão, sustentabilidade, ESG e inovação na construção. Autor de nove livros técnicos focados nesses temas e aplicados a incorporadoras, construtoras e projetistas. Ministrou inúmeras palestras e cursos no Brasil e no exterior e escreveu vários artigos técnicos ao longo de sua carreira.

Em 2018 criou a Rede Construção Digital, Industrializada e Sustentável, com o propósito de impulsionar o movimento de transformação digital, industrialização e sustentabilidade na construção. A RCDI+S é hoje o maior ecossistema brasileiro de inovação e relacionamento no setor da construção, contando com a participação de 110 empresas líderes da cadeia produtiva: fundos de investimento, agentes financeiros, incorporadoras, construtoras, projetistas, fabricantes de materiais e equipamentos, fornecedores de tecnologia, gestores da operação e startups.

Rogério Furtado Moreira

O Sr. Moreira é graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ, tem MBA em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais ("IBMEC") e concluiu o curso OPM (Owners/Presidents Management) na Harvard Business School (Boston) em 2017 (OPM50).

Foi consultor na Arthur Andersen Consulting e, no final de 1988, ingressou no Banco BBM como operador de renda variável e derivativos. Em 1993, assumiu a gerência geral de investimentos em renda variável e, em 1994, mudou-se para Nova York com a finalidade de estruturar a BBM Securities

(corretora do Grupo Mariani em Nova York). Tornou-se sócio do Banco BBM em 1995 e retornou ao Brasil para constituir a empresa de Asset Management do Grupo, tendo como principal função a coordenação da gestão de todos os fundos de investimento e carteiras. Tornou-se diretor adjunto em 1997 e desligou-se do grupo BBM em 31 de dezembro de 1998. Em 1999, tornou-se sócio fundador do Banco CR2, sendo o diretor executivo responsável pelo controle operacional, controladoria e administrativo. Em 2007, após o *spin off* da área imobiliária do grupo, passou a exercer os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Companhia, coordenando o seu processo de abertura de capital na Bovespa (IPO). Em 2014, assumiu a Presidência da Companhia, cumulativamente ao cargo de Diretor de Relações com Investidores e Vice-presidente do Conselho de Administração, no qual permaneceu até julho de 2015. Desde 2016, é sócio da ARM Gestão, empresa de consultoria em gestão e recuperação de empresas.

Walter Roberto de Oliveira Longo

Da Walter Longo, Publicitário e Administrador de Empresas com MBA na Universidade da Califórnia, é empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. Anteriormente era Presidente do Grupo Abril e Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Já ocupou cargos de diretor regional para a América Latina do Grupo Young & Rubicam e presidente, no Brasil, da Grey Advertising, Wunderman Worldwide, TVA, MTV e do Grupo Newcomm Bates. Foi também sócio-fundador da primeira agência de Branded Content da América Latina, a Synapsys Marketing e Mídia. Por sua contribuição no setor de Telecomunicações, Longo foi escolhido como presidente executivo e presidente do conselho da ABTA - Associação Brasileira de TV por Assinatura, além de fundador e presidente da Abraforte - Associação Bras. dos Fornecedores de Telecomunicações. Foi eleito por 4 vezes o melhor profissional do Ano do Prêmio Caboré. Foi também premiado com o título de Personalidade do Marketing Direto pela Abemd. Em 2015 passou a fazer parte do Hall of Fame do Marketing no Brasil. Em 2017 recebeu o Prêmio Lide de Marketing Empresarial. Walter Longo é membro de vários conselhos de empresas como SulAmérica, Sabemi, Ammo, Portobello e Cacau Show, sócio de múltiplas empresas digitais, palestrante reconhecido internacionalmente, articulista de múltiplas publicações, além de autor, entre outros, dos livros O Marketing e o Nexo (Ed. BestSeller), Marketing e Comunicação na Era Pós-Digital (Alta Books), O Fim da Idade Média e o Início da Idade Mídia (Alta Books), Insights para um Mercado em Transição (Alt Books) e O Trilema Digital (Alta Books).

(m). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM,

do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; e (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não ocorreu qualquer dos eventos mencionados acima envolvendo os candidatos a membros do Conselho de Administração. Ainda, informamos que nenhum dos candidatos é considerado pessoa politicamente exposta.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

[Nota: Companhia, gentileza notar que este item se refere ao item 12.7 do formulário de referência anterior (na forma da Res. CVM nº80), tendo ocorrido as seguintes alterações: O subitem “outros cargos ou funções exercidas no emissor” foi excluído; com relação à informação de mandatos consecutivos, o subitem “número de mandatos consecutivos” foi substituído por “caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos”]

[Nota: Companhia, este item deverá ser atualizado conforme a composição dos órgãos à época da apresentação do FRE. Favor notar que as informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.]

Gentileza preencher o campo “caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos”, o qual substituiu o anterior “número de mandatos consecutivos”.]

[A Companhia não possui comitês em funcionamento {ou} Os membros indicados ao Conselho de Administração não compõe os comitês da Companhia.]

[Nota: Companhia, por gentileza, confirmar]

7.5. Relações Familiares

(a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle⁶

(a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Não existe.

⁶ [Referência FRE antigo: Item 12.10]

ANEXO III
INFORMAÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS
ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Inicialmente, ressaltamos que a Companhia não possui Conselho Fiscal, Diretoria Não Estatutária e Comitês, estatutários ou não, sendo, portanto, as informações desse item correspondentes apenas ao Conselho de Administração e Diretoria.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos executivos, atraindo e mantendo profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio do pagamento de gratificação baseada nos resultados da Companhia e do Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano”), a Companhia busca estimular a melhoria de sua gestão e a permanência de seus executivos nos postos ocupados, incentivando o comprometimento e a dedicação de seus profissionais de forma a reverter essa sinergia em favor da Companhia. Por fim, o Plano visa possibilitar à Companhia obter e

manter executivos que desempenhem suas funções com alto nível de excelência e qualidade com a possibilidade destes profissionais ingressarem na sociedade mediante a subscrição de ações com preços mais atrativos que aqueles praticados pelo mercado, desde que respeitadas as condições e termos do Plano.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A distribuição da verba global anual entre diretores e conselheiros é feita pelo Conselho de Administração, bem como a definição dos valores de participações nos lucros dos diretores e funcionários da Companhia.

Os programas e níveis de remuneração individual da diretoria executiva são sugeridos ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente, com base na filosofia de remuneração vigente. Ao fazer suas recomendações o Diretor Presidente leva em consideração os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e potencial de cada executivo. O Diretor Presidente é assessorado pela área de recursos humanos da Companhia, e pode utilizar consultorias externas especializadas para temas técnicos.

O Conselho de Administração é responsável por analisar e opinar nas recomendações do Diretor Presidente quanto aos diretores, e por aprovar a remuneração do Diretor Presidente. Em suas análises o Conselho de Administração leva em consideração os mesmos parâmetros usados pelo Diretor Presidente para a remuneração dos diretores executivos, ou seja, os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e histórico do executivo na Companhia.

Ao definir as políticas de remuneração dos conselheiros, o Conselho de Administração leva em consideração as boas práticas da governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos conselheiros.

c. *composição da remuneração, indicando:*

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta, conforme o caso, pelos seguintes elementos: (i) remuneração base mensal, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral; (ii) gratificação baseada nos resultados da Companhia, de forma que os Diretores dividam com os acionistas os resultados auferidos, incentivando-os a buscar o sucesso mútuo, e (iii) plano de opção de compra de ações, que constitui um incentivo de longo prazo oferecido aos nossos executivos, conforme venha a ser aprovado na forma do Estatuto da Companhia e da legislação aplicável. Além da remuneração, lhes é oferecido, como benefício, um plano de saúde.

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas uma remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem *jms* a outros benefícios diretos ou indiretos, tampouco possuem participação nos resultados ou qualquer tipo de remuneração variável. Portanto, além da referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos de remuneração para os membros do Conselho de Administração.

Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração base mensal constitui 100% da remuneração total percebida nos exercícios de 2021, 2022, 2023, ao passo que, para a Diretoria, não há proporção pré-definida de cada elemento na remuneração total.

A Companhia baseia a remuneração variável de seus diretores em relação ao cumprimento de metas semestrais, com o pagamento ao fim de cada semestre, após a avaliação. Dessa forma todo o valor da remuneração variável ao longo dos anos está atrelado ao cumprimento de metas de curto prazo.

No exercício de 2023, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 97% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 0% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 3% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2023)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	3,00%	97,00%	0,00%	0,00%	100%

No exercício de 2022, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 97% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 0% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 3% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2023)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	3,00%	97,00%	0,00%	0,00%	100%

No exercício de 2021, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 77,05% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 17,01% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 5,93% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2021)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	5,93%	77,05%	17,01%	0,00%	100%

Não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Diretores e Conselheiros, sendo certo que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para a remuneração base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende do desempenho de cada um dos membros da Diretoria e da obtenção das metas definidas para as suas respectivas equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Para informações adicionais sobre o plano de incentivo de ações, vide item 8.4.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a nossa política de remuneração é o nosso foco em resultados e a intenção de reter profissionais competentes, qualificados e valiosos na administração da Companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 01/08/2013, a possibilidade de Implantação de um plano de rateio de despesas entre as sociedades controladas da Companhia. Nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos nossos administradores vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente⁷

Inicialmente, destacamos que não há Conselho Fiscal instalado, motivo pelo qual deixamos de apresentar informações sobre esse tópico.

Valores relativos ao exercício de 2023

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
<i>Número total de membros</i>	4	2	6
<i>Número de membros remunerados</i>	4	2	6
<i>Remuneração fixa anual total, sendo:</i>	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
· <i>salário ou pró-labore</i>	R\$ 376.758,53	R\$ 1.467.283,05	R\$ 1.844.041,58
· <i>benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)</i>	<i>n/a</i>	R\$ 42.757,31	R\$ 42.757,31
· <i>remuneração por participação em comitês</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
· <i>outros</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	<i>n/a</i>	<i>A definir</i>	<i>A definir</i>
· <i>bônus</i>	<i>n/a</i>	<i>A definir</i>	<i>A definir</i>
· <i>participação nos resultados</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
· <i>remuneração por participação em reuniões</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
· <i>comissões</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
· <i>outros</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Benefícios pós-emprego</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>

⁷ Para evitar duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Remuneração baseada em ações, incluindo opções	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
Total	R\$ 3.773.597,78		

Valores relativos ao exercício de 2022

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
Número total de membros	4	2	6
Número de membros remunerados	4	2	6
Remuneração fixa anual total, sendo:	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
· salário ou pró-labore	R\$ 376.758,53	R\$ 1.467.283,05	R\$ 1.844.041,58
· benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)	n/a	R\$ 42.757,31	R\$ 42.757,31
· remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável total, sendo:	n/a	A definir	A definir
· bônus	n/a	A definir	A definir
· participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
· remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
· comissões	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
Total	R\$ 3.773.597,78		

Valores referentes ao exercício de 2021

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
Número total de membros	4	2	6
Número de membros remunerados	4	2	6
Remuneração fixa anual total, sendo:	R\$ 204.328,18	R\$ 2.093.008,34	R\$ 2.297.336,52
· salário ou pró-labore	R\$ 204.328,18	R\$ 1.985.969,18	R\$ 2.190.297,36
· benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)	n/a	R\$ 107.039,16	R\$ 107.039,16
· remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável total, sendo:	n/a	A definir	A definir
· bônus	n/a	A definir	A definir
· participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
· remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
· comissões	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 204.328,18	R\$ 2.093.008,34	R\$ 2.297.336,52
Total	R\$ 4.594.673,04		

* Observação: O número de membros de cada órgão indicado nos quadros deste item 8.2 foi apurado de acordo com média anual do número efetivo de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente⁸

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e os membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração variável.

Com relação à Diretoria, o valor a ser efetivamente pago como remuneração variável no exercício de 2024 dependerá dos resultados da Companhia e da obtenção dos resultados definidos para as equipes subordinadas a cada membro da Diretoria. Adicionalmente, a performance individual é fator determinante na remuneração de cada executivo.

Valores previstos para o exercício social de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4	2	6
Número de membros remunerados	0	2	2
Bônus ⁹ (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.000 mil	1.300 mil
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹⁰	300 mil	4.700 mil ¹¹	5.000 mil

⁸ Para evitar duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁹ A remuneração variável eventualmente paga à Diretoria recebe, nas Demonstrações Financeiras da Companhia, a denominação de gratificação, em razão de sua natureza eventual e por constituir mera liberalidade da Companhia, sendo certo que o seu efetivo pagamento depende dos resultados da Companhia, da obtenção dos resultados definidos para as suas respectivas equipes e do desempenho individual de cada membro da Diretoria. Não obstante, tendo em vista que a Resolução CVM 81/2022 permite o enquadramento desse pagamento apenas como bônus ou PLR, para fins de preenchimento do presente formulário, os valores pagos ou previstos serão alocados como bônus.

¹⁰ Conforme explicitado acima, a remuneração variável eventualmente paga no exercício de 2024 será diretamente vinculada com o resultado do exercício social anterior, motivo pelo qual não é possível fazer uma previsão de valor, sendo certo que a Proposta da Administração da Companhia é aprovar na AGO a ser realizada em 30 de abril de 2024 o limite anual para remuneração no valor total de R\$ 5.000.000,00 a ser paga, se for o caso, inclusive como gratificação, dependendo dos resultados da Companhia no exercício anterior, do desempenho individual de cada membro da Diretoria e da obtenção das metas setoriais definidas para as suas respectivas equipes.

Valores referentes ao exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4	2	6
Número de membros remunerados	4	2	6
Bônus (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
Participação no resultado (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0

¹¹ O valor máximo da remuneração variável da Diretoria será definido pelo Conselho de Administração, após a definição, pela Assembleia, do valor máximo da remuneração total da Administração da Companhia. Dessa forma, indicamos como valor máximo o valor proposto pela Administração como o limite anual para remuneração, que será objeto de deliberação na AGO a ser realizada em 30 de abril de 2024.

Valores referentes ao exercício de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,91	2	5,91
Número de membros remunerados	0	2	2
Bônus (em R\$)	0	307 mil	307 mil
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	307 mil	307 mil
Participação no resultado (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

No período findo em 31 de dezembro de 2022 não havia plano de remuneração baseado em ações vigente.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano”), que é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do Plano, as transferências das “ações restritas” para o beneficiário somente se darão com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, como período de *vesting* e de condições a serem previstas nos Contratos de Outorga de Ações Restritas – que o CA ainda não regulou com cada um dos diretores –, de modo que a outorga do direito ao recebimento das ações restritas em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre as ações restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento. A entrega de “ações performance” está atrelada ao atingimento de determinadas metas de performance, a serem estabelecidas nos respectivos Contratos de Outorga de Ações Performance.

b. data de aprovação e órgão responsável

Este Plano foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023 e é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia

c. número máximo de ações abrangidas

Poderão ser outorgadas aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, as Ações Objeto mantidas em tesouraria pela Companhia, que deverão respeitar o limite máximo de até 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia na data da transferência das Ações Objeto para o Beneficiário, em bases totalmente diluídas (“Limite Global de Outorga”).

As Ações Objeto a serem outorgadas aos Beneficiários deverão respeitar, respectivamente, a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de Ações Restritas por 75% (setenta e cinco por cento) de Ações de Performance.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito deste Plano, as Ações Objeto a serem outorgadas aos Beneficiários deverão respeitar, respectivamente, a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de Ações Restritas por 75% (setenta e cinco por cento) de Ações de Performance.

Não há número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção, contanto que o número total de ações decorrentes de seu exercício não ultrapasse o limite indicado no item (c) acima.

e. condições de aquisição de ações

O Plano se dá através de 2 tipos de recebimento. A primeira consiste em ações chamadas “Ações Restritas” que correspondem a 25% do total do plano e serão entregues anualmente aos beneficiários durante a vigência do plano na proporção de 20% a cada ano. A segunda é chamada de “Ações de Performance” e serão entregues aos beneficiários no final do 5º ano, pós medição das metas e o percentual atingido, ou caso a meta principal seja totalmente atingida antecipadamente.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano confere ao Beneficiário o direito ao recebimento das Ações Objeto, a título não oneroso, após o período de carência e observadas as demais condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração

g. critérios para fixação do prazo de exercício

As ações restritas terão carência de 1 ano a partir da assinatura dos contratos individuais entre a cia e os beneficiários. Após a carência, ações serão entregues anualmente, em regime pro rata, pelo período de 4 anos.

As ações de performance poderão ser recebidas após 5 anos da assinatura dos contratos ou em caso de atingimento total das metas, o que vier primeiro.

Há ainda cláusulas de liquidação antecipada no caso de eventos de liquidez extraordinários.

h. forma de liquidação

As Ações Objeto poderão ser entregues com ações existentes em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

Ações Restritas

Os Beneficiários não poderão ceder, alienar, ou de qualquer forma, transferir as Ações Restritas relacionadas ao primeiro Período de *Vesting* a contar da celebração do Contrato de Outorga de Ações Restritas pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar do efetivo recebimento das referidas Ações Restritas (“*Lock-up* do Primeiro Período de *Vesting* – Ações Restritas”). Já com relação às Ações Restritas recebidas pelos Beneficiários após o segundo Período de *Vesting* – Ações Restritas, os Beneficiários não poderão ceder, alienar, ou, de qualquer forma, transferir as Ações Restritas recebidas nos termos deste Plano pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do efetivo recebimento da Ações Restritas pelo Beneficiário (“*Lock-up* dos Demais Períodos de *Vesting* – Ações Restritas” e, quando em conjunto com o *Lock-Up* do Primeiro Período de *Vesting* – Ações Restritas, “*Lock-up*”).

Ações Performance

Os Beneficiários deverão manter em sua titularidade após o término do Período do *Vesting* – Ações de Performance, um número mínimo de Ações de Performance a ser estabelecido de acordo com as regras previstas nos respectivos Contratos de Outorga de Ações de Performance, facultando-se aos Beneficiários ceder, alienar, ou, de qualquer forma, transferir as demais Ações de Performance que tenham sido recebidas, desde que as Ações de Performance (i) não sejam negociadas e transferidas em periodicidade inferior a 1 (um) mês pelo Beneficiário, (ii) não superem a razão de 20% (vinte por cento) do volume médio das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos últimos 6 (seis) meses e (iii) não supere o limite diário de 20% do volume médio diário negociado das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos últimos 6 (seis) meses.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Outorga, as ações outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, (i) por decisão da Assembleia Geral da Companhia, respeitados os Contratos de Outorga já celebrados, ou (ii) na ocorrência de um Evento Extraordinário, e desde que respeitados os demais termos e condições previstos no Plano e na lei.

“Evento Extraordinário” significa a ocorrência dos seguintes eventos: (i) Os Beneficiários sejam destituídos de seus cargos de forma imotivada; e (ii) a transferência para terceiros de parte ou da totalidade de ações de emissão da Companhia pelo acionista titular da maior participação no capital social da Companhia na presente data (“Acionista de Referência”), por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas, que resulte em uma participação final do Acionista de Referência inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia. Para fins de clareza, não será considerado Evento Extraordinário a alienação de parte ou da totalidade das ações da Acionista de Referência para suas respectivas afiliadas, atuais ou futuras (incluindo, mas não se limitando a, no caso de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, a Acionista de Referência).

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento,

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo

Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos já adquiridos de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, devendo neste caso o Beneficiário exercer seus direitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, serão automaticamente extintos.

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Outorga, na data do seu desligamento serão automaticamente extintos (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(e) desligar-se da Companhia por invalidez permanente ou falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento ou de seu falecimento, serão extintos automaticamente.

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2024 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

No ano de 2022 todos os programas de remuneração por ações da Companhia se encontravam encerrados, motivo pelo qual não estamos apresentando o quadro com as informações referentes ao período.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2024 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

No ano de 2022 todos os programas de remuneração por ações da Companhia se encontravam encerrados, motivo pelo qual não estamos apresentando o quadro com as informações referentes ao período.

8.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria ao final do último exercício social

Não aplicável.

8.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários.

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2024 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

8.10 Outorga de ações

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2024 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

8.11. Ações entregues

Não aplicável, visto que os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, visto que nos últimos 3 exercícios sociais, o Conselho de Administração e a Diretoria não receberam remuneração baseada em ações, seja em forma de ações ou de entrega de ações. .

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, detidas direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos nossos Conselheiros e Diretores, agrupados por órgão, e o percentual que o referido número representa em relação ao número total de ações emitidas pela nossa Companhia em 31 de dezembro de 2023, ou seja, em relação à totalidade do nosso capital social naquela data. Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Órgão	Número de Ações	Percentual (%)
Conselho de Administração	41.474 ¹²	1,71%

¹² Inclui posição do cônjuge

Diretoria	0	0,00%
Total	41.474	1,71%

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica, pois os membros do nosso Conselho de Administração não são elegíveis aos nossos planos de previdência. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. Não existem planos de previdência em vigor para a Diretoria.

8.15 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos 3 (três) últimos exercícios sociais

Valores anuais, em Reais (R\$)

	2023		2022		2021	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de Membros	4	2	4	2	3,91	2
Número de membros remunerados	4	2	4	2	3,91	2
Valor da maior remuneração individual			62.793,09	826.132,50	53.135,00	442.574,00
Valor da menor remuneração individual			62.793,09	430.000,00	53.135,00	79.940,00
Valor médio de remuneração individual			62.793,09	628.066,25	53.135,00	330.266,00

8.16 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

No entanto, a Companhia possui uma apólice de seguro contratada para os seus administradores, o qual garante o pagamento de determinadas despesas em caso de sinistro. Tal apólice não abrange pagamento de prêmio em caso de dolo.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da diretoria estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, não houve despesas com remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal suportados por controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob o controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras Informações Relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes já foram consideradas nos itens acima.